



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



PARCEIROS DE APOIO PROGRAMÁTICO

COMUNICADO DE IMPRENSA

Revisão Conjunta 2008

A 30 de Abril 2008, O Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para o Apoio Programático (PAPs) concluíram a Revisão Conjunta da implementação pelo Governo de Moçambique (GdM) da estratégia de redução da pobreza absoluta (PARPA II). A revisão avaliou o desempenho do GdM e dos PAP ao longo de 2007 com base nos quadros de avaliação de desempenho acordados.

A Revisão Conjunta é uma avaliação geral da implementação da Estratégia de Redução da Pobreza Absoluta, do desempenho do Governo e dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em 2007, com enfoque nos *instrumentos principais de planificação do Governo* (o Plano Económico e Social - PES - e o Orçamento do Estado – OE) e nos *instrumentos de monitoria* (o Balanço do PES, o Relatório de Execução do Orçamento) e dos Parceiros de Apoio Orçamental e Programático (PAPs) em relação à eficácia de ajuda no âmbito de Apoio Programático (Apoio Geral ao Orçamento e Apoio Programático a Sectores). A revisão é efectuada conjuntamente pelo Governo e pelos PAPs, envolvendo a Sociedade Civil.

O processo da **Revisão Conjunta de 2008** foi lançado no dia 7 de Março do corrente ano e termina com um acordo formal da versão final do *Aide Memoire* apresentado no dia de encerramento (30 de Abril de 2008).

A avaliação do desempenho do Governo foi positivo em várias áreas. Dos 40 indicadores do QAD, 23 tiveram as suas metas atingidas, correspondendo 56% de realização e os restantes não foram atingidos, onde 11 deles registaram progresso assinalável. Noutras áreas do programa, concordou-se que há necessidade de prestar maior atenção.

Na área de Macroeconomia, Pobreza e Gestão de Finanças Públicas o desempenho foi positivo em relação à implementação de várias reformas. Na área de Governança destaca-se a necessidade de criar mecanismos adequados de supervisão e monitoria. Além disso, continua necessário o ajustamento da legislação nacional às Convenções Internacionais que foram ratificadas e o esclarecimento da forma como aquelas podem passar a ser usadas pelos Tribunais. Na área de Capital Humano a maior preocupação reside no alastramento da pandemia do HIV/SIDA, que continua a comprometer seriamente os ganhos do desenvolvimento em todos os sectores. A par dos progressos positivos registados em todos os sectores, particularmente em termos da expansão dos serviços, ainda permanecem grandes desafios nas áreas (i) da qualidade dos serviços, (ii) da coordenação interministerial ao nível da implementação, e (iii) da recolha e sistematização de dados. A Revisão Conjunta também constatou um maior reconhecimento da afluência de recursos naturais (minerais, petrolíferos, hidroenergia, florestas, agrícolas, entre outros) no país e a necessidade de desenvolver um quadro legal para as parcerias público-privado, adoptar medidas e instrumentos que estimulem a criação de empregos, desenvolver maior capacidade de gestão dos recursos naturais e melhorar a selecção, negociação e monitoria dos projectos e investimentos nestas áreas.

Tomando em consideração o compromisso de prestar maior atenção em algumas áreas de fraco desempenho, a revisão considerou que existe uma base satisfatória para os PAP continuarem a dar apoio orçamental. As decisões sobre o nível dos compromissos para o orçamento 2009 serão comunicadas dentro de quatro semanas depois do encerramento da Revisão Conjunta.

A revisão concluiu que o desempenho dos PAPs em 2007, de acordo com os indicadores do QAD para o efeito, foi variável, com bom desempenho para alguns doadores e fraco para outros. No geral houve progressos em todas as áreas, mas não o suficiente para atingir as metas, somente 8 das 19 metas foram atingidas. As áreas de desempenho dos PAPs avaliadas incluem composição da carteira, previsibilidade, consolidação e harmonização da condicionalidade, e reforço institucional. No entanto constituem preocupações do Governo o número de missões, que tem um impacto grande sobre os custos de transacção, as divergências entre compromissos dos parceiros e subsequentes desembolsos, com destaque para projectos. A prestação de informação financeira para a orçamentação e reporte do apoio a projectos e programas também precisam de maior atenção. Em termos de apoio orçamental, actualmente os PAPs (total 19¹) providenciaram cerca de 400 milhões USD, correspondendo aproximadamente um terço de todo apoio externo ao Governo de Moçambique.

O processo da Revisão Conjunta foi acompanhado de um debate sobre o desempenho de ambas as partes, o Governo e os Parceiros de Apoio Programático, com envolvimento da Sociedade Civil, foi franco e aberto, o que permitiu alcançar uma perspectiva consensual sobre os progressos alcançados e os aspectos que ainda carecem de melhorias. Dos dois lados registaram-se progressos assinaláveis e também constataram-se áreas que necessitam de maior atenção.

Mais informações estão disponíveis nos sítios: www.pap.org.mz, www.odamoz.org.mz e em caso de necessidade poderá contactar o Secretariado do MPD através dos números: 21-492711 (Tel.), 21-497663 (fax) e e-mail: mpd.secretariado@yahoo.com ou o Secretariado dos PAP, e-mail: trur@mfa.no, Torun Reite, tel: 82 3142820.

¹ Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido.